



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELÔ
GABINETE DO PREFEITO

PUBLICAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Câmara Municipal de Cabedelo/PB

Dia 27/01/2010

Antônio Carlos
VISTO

Lei nº 1.482

De 22 de Janeiro de 2010.

ATUALIZA OS VENCIMENTOS DOS
SERVIDORES DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE CABEDELÔ - PB, PARA O
SALÁRIO MÍNIMO – PISO NACIONAL, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELÔ (PB):

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º O vencimento base mínimo dos Servidores Públicos Municipais de Cabedelo - PB, ocupantes de cargos de provimento efetivo e comissionados de Símbolos CC-3, CC-4 e CC-5, passam a ser de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais).

Art. 2º Os efeitos do reajuste de que trata o artigo primeiro desta Lei são retroativos a 1º de janeiro do ano em curso.

Art. 3º O reajuste de que trata a presente Lei, estende-se também aos aposentados e pensionistas com direito à paridade.

Art. 4º O valor dos proventos e pensões dos aposentados e pensionistas municipais sem direito a paridade, serão reajustados de acordo com o reajuste estabelecido pelo Regime Geral da Previdência – RGPS.

Art. 5º O valor do vencimento referente aos níveis a que pertencem os Servidores do Quadro Efetivo da prefeitura Municipal de Cabedelo, dentro de sua classe, fica fixado em:

- a. Nível I – R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais);
- b. Nível II – R\$ 512,42 (quinhentos e doze reais e quarenta e dois centavos);
- c. Nível III – R\$ 514,84 (quinhentos e quatorze reais e oitenta e quatro centavos);
- d. Nível IV – 517,26 (quinhentos e dezessete reais e vinte e seis centavos);



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único. O valor do vencimento a que se refere o "caput" deste artigo terá efeito pecuniário retroativo à 1º de janeiro do ano em curso.

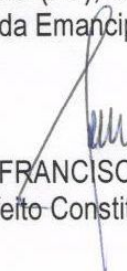
Art. 6º Ficam reajustados os valores salariais inerentes ao Grupo Ocupacional Serviços de Saúde: Nível Técnico e Nível Médio, de acordo com os valores especificados nesta Lei, até que haja a devida alteração no plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR da Secretaria de Saúde.

Art. 7º Para ocorrer as despesas resultantes do incremento que será dado na folha de pagamento de pessoal, por conta desta atualização salarial, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a elevar o limite constante do inciso II, do art. 9º da Lei nº. 1.476, de 30 de dezembro de 2009, em mais 5% (cinco por cento), passando dos atuais 5% (cinco por cento) para 10% (dez por cento), do valor total da LOA, para promoção da abertura de créditos adicionais suplementares, de acordo com o disposto nos artigos 7º e 43 da Lei Federal nº. 4.320/64.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo, para fazer os ajustes devidos por conta da atualização salarial decorrente desta Lei, igualmente autorizado a remanejar recursos orçamentários entre Unidades Orçamentárias e Órgãos, ou de uma dotação para outra, utilizando como fonte de recursos as disponibilidades caracterizadas no § 1º, inciso III, do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320/64 e art. 108, da Lei Estadual nº. 3.654/71.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 22 de Janeiro de 2010. 187º. da independência, 120º da República e 53º da Emancipação Política Cabedelense.


JOSÉ FRANCISCO RÉGIS
Prefeito Constitucional